

- LATOURELLE, R. Igreja. In: LATOURELLE, R.; FISICHELLA, R. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994. 1094 p.
- LOMBARDIA, P.; ARRIETA, J. I. *Código de Derecho Canonico*. Pamplona: EUNSA, 1984. 1227 p.
- MATEOS, J.; CAMACHO, F. *Evangelho: figuras e símbolos*. São Paulo: Paulinas, 1992. 217 p.
- MIGUÉLEZ DOMINGUÉZ, L. et. al. (Org.). *Código de Derecho Canónico y legislación complementaria*. 5. ed. Madrid: BAC, 1959. 1092 p.
- PINTO, V. (Org.). *Commento al Codice di Diritto Canonico*. Roma: Urbaniana University Press, 1985. 1162 p.
- PISO, A. *Igreja e Sacramentos: Renovação da Teologia Sacramentária na América Latina*. Roma: 1995. 257 p. (Tese Gregoriana – Serie Teologia 3).
- _____, *Teologia Sacramentária Geral*. Ribeirão Preto, 1992 (Apostila, Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto – CEARP). 92 p.
- RINCÓN-PÉREZ, T. *La liturgia y los sacramentos en el derecho de la Iglesia*. Pamplona: EUNSA, 1998. 365 p.
- ROCCHETTA, C. *Os sacramentos da fé*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- ROSATO, P. *Introdução à Teologia Sacramentária*. São Paulo: Loyola, 1999. 135 p.
- WIÉRNE, P.-J. Casamento. In: LÉON-DUFOUR, X. (Org.). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1987. 1117 p.
- ZANI, R. M. *Casamentos nulos*. Aparecida: Santuário, 2000. 62 p.

Pe. Luiz Henrique Bugnolo é Mestre em Direito Canônico pelo Instituto de Direito Canônico da Pontifícia Faculdade de Teologia “Nossa Senhora da Assunção” e Professor de Direito Canônico no Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto – CEARP (Instituto de Teologia “Dom Miele”).

A QUESTÃO URBANA: PENSANDO A METRÓPOLE PAULISTANA DO SÉCULO XXI

Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE O ESPAÇO

Antes de falar da metrópole, vamos analisar o conceito e o conteúdo do espaço geográfico. O espaço geográfico é a categoria maior que contém os lugares, as paisagens, as regiões e os territórios. Por exemplo, a metrópole paulistana é um espaço constituído por lugares, paisagens, regiões e territórios.

As categorias espaço e tempo existem a partir da consciência do homem. Embora ao longo do processo histórico não se as tenha concebido como uma unidade, hoje cada vez mais, é necessário ter uma visão de conjunto. A relação espaço-tempo nos dá a perspectiva de totalidade com a qual temos de analisar a questão urbana, quer se trate de uma pequena cidade ou de uma metrópole. Nessa situação o que é o espaço? Como defini-lo?

Não queremos dar uma lista de conceitos dos mais diversos geógrafos das diferentes escolas que fizeram a formação do pensamento geográfico, só direi que é o ambiente onde os seres vivos existem, se desenvolvem, realizam a sua existência. Desse espaço genérico, nos interessa ver o do homem. Como Milton Santos diz, o espaço é a sua morada e também a sua prisão. Ele é o significado e o produto da sua existência e ao mesmo tempo o lugar onde se realizam todas as ações sociais. O espaço é produto e a mesmo tempo produção de todas as manifestações da sociedade. Numa sociedade de classe ou de grupos diferentes, o espaço é igualmente uma expressão dessa realidade.

As cidades modernas se apresentam como as mais complexas estruturas construídas pela sociedade, e representam uma união indissolúvel do espaço e do tempo. Não podemos deixar de considerar na análise da metrópole, a relação dialética lugar-mundo.

Definimos cidade hoje como uma região de lugares e, ao mesmo tempo, um lugar, porque ela é uma totalidade, o que significa ter suas próprias leis de ação e realização.

Como considerar o lugar hoje? Historicamente a geografia era definida como a disciplina que estudava os lugares. Mas o conceito de lugar era sustentado exclusivamente nas formas físicas: planícies, planaltos, montanhas, rios, etc. Diferentes momentos teórico-metodológicos das ciências como um todo e da geografia em especial deram outro conteúdo aos conceitos de lugar e de territórios.

Um lugar é entendido como um âmbito de base territorial que se define pelo seu caráter ou conjunto de significados associados a esse âmbito. Os lugares a que nos referimos como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, como contexto para as nossas ações; o lugar como expressão de paisagem e cultura, de experiências e significações diferenciadas. O lugar concentra os pensamentos e os sentimentos de seus habitantes, dando conteúdo e formando novas territorialidades. Lugar, dentro desta nossa interpretação, tem um denso conteúdo de cotidianidade marcado pela cultura e pelo imaginário. A história de um lugar engloba a do mundo e a da sociedade, afirmamos consultando Lefebvre.

No lugar habitam os homens todos juntos, vivendo, unindo-se, emocionando-se. No lugar se identificam os conflitos e as alianças que lhe dão vitalidade. É onde os homens exercitam sua condição de cidadãos; o mundo os objetiviza (os torna objetos); é no lugar que os homens se humanizam ou se tornam selvagens. Nos lugares, o espaço e o tempo constroem e reconstroem incessantemente a habitabilidade dos seres humanos.

Mas, há outras concepções de lugar, com um conteúdo mais econômico-político. Assim Milton Santos¹ se expressa: "...o lugar como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário que se caracteriza por dois

¹ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 37.

gêneros de constituição: uma é a própria constituição territorial, a outra é a norma, a organização, os regimes de regulação". Continua o autor nos informando que: "(...) é pelo lugar que revemos o mundo e o ajustamos à nossa interpretação, pois, nele o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora". A partir dos conceitos de território, de normas e regimes de regulação, há nesta definição outra forma de aceitar o tempo que integra esse lugar.

O lugar, o espaço vivido, está intimamente ligado às experiências e ao tempo próprio delas, que é o cotidiano. O cotidiano dá essência ao lugar. "A vida cotidiana –nos diz Agnes Heller– é a vida de todo homem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico". Continua a autora afirmando que não se pode fugir da cotidianidade e que todo homem por mais "insubstancial" que seja, também não vive exclusivamente da cotidianidade².

Ao nos referirmos ao lugar que nos identifica e dá sentido à nossa existência e à nossa cotidianidade, que sentido podem ter os milhões de habitantes de nossa cidade que habitam em lugares tão carentes e tão sem qualidade de vida?

Todas as identidades são construídas. O essencial é saber como, do que, por quem, e para que se constroem essas novas identidades. A construção da identidade se realiza com elementos do lugar, da história, da biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, a memória coletiva e as fantasias pessoais, os aparelhos do poder e as revelações religiosas. Mas os indivíduos, os grupos sociais, e as sociedades processam todos esses elementos e os reordenam em seu sentido, segundo as determinações sociais e os projetos culturais implantados na sua estrutura social e no marco espacial. Toda construção social da identidade sempre se realiza num contexto marcado pelas relações de poder. Castells considera também o que denomina de "identidades territoriais" de base local onde as pessoas se socializam e interatuam em seu entorno local: nos bairros, nas cidades, nos subúrbios residenciais e constroem redes sociais

² Heller, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 17.

entre seus vizinhos. Constroem-se aí redes de identidades de base local. Nos movimentos sociais urbanos, as pessoas se descobrem e defendem interesses comuns, onde se compartilham situações de vida e se constroem novos sentidos para aquele lugar e as condições pelas quais se luta. Ao longo da história, a cidade vai produzindo novos sentidos aos seus lugares e ao espaço construído, resultado de um processo em constante conflito de interesses e valores dos diferentes atores sociais em oposição.

Monsenhor Tarcísio Justino Loro³ escreveu um artigo no qual considera o “espaço como direito do cidadão”, e arrola algumas categorias desse espaço vital para a existência do cidadão. O autor fala do espaço do mercado, espaço do poder, espaço da circulação, espaço de instrução, espaço do trabalho, espaço da violência, espaço da moradia. Todas essas subdivisões pertencem a uma única categoria maior que é a do espaço geográfico. Segundo Lefebvre, é nele que os homens produzem e se reproduzem na sua prática espacial, formando lugares, territórios, paisagens e regiões. Os espaços também são lugar de representação onde a sociedade se representa, e o espaço monumental é o jogo das substituições entre o religioso, o político e o econômico que trocam simbolicamente seus atributos do poder.

OS ESPAÇOS DA METRÓPOLE PAULISTANA NO SÉCULO XXI

A nossa cidade de São Paulo, a qual tomarei como referência para a exposição, é uma metrópole, tanto nacional como latino-americana, só superada pela cidade do México.

O que significa ser metrópole? Como se formou? Ser metrópole não é só uma forma espacial, é antes de mais nada expressão de um processo civilizatório, onde se realiza o mais alto grau hierárquico da dimensão e de

³ LORO, Tarcísio Justino. *Jornal O São Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2001, p. 4.

qualidade do processo de urbanização, onde as pessoas conseguiriam, a partir de uma divisão do trabalho, viver com menos exclusão, com menor grau de desigualdade.

O processo de metropolização na sua relação com o resto do país e em seu próprio território é uma categoria histórica, seu conteúdo muda no curso do tempo formando e relacionando novos espaços. Este espaço, que Milton Santos define como “acumulação desigual dos tempos”, foi produto das relações de dois grandes atores sociais: a burguesia e a classe operária. Estas relações destruíram antigas formas e construíram novas, que podemos periodizar considerando três momentos determinantes:

De 1880 a 1950: A metrópole comercial ou dos fazendeiros do café, como a denomina Pierre Monbeig⁴. Nesta cidade o espaço era compacto, contido, fechado, como uma proteção contra a imensidão que a rodeava. A praça, a igreja e a rua são os lugares públicos por excelência e os centros de socialização da população urbana não muito numerosos. A praça da Sé, o largo de São Francisco, o largo de São Bento, a praça da República e até a Avenida Paulista são as áreas de concentração das atividades urbanas. Há uma mistura do espaço residencial com o das atividades urbanas: comércio, serviços, atividades cultural-intelectuais e administrativas, entre outras. No espaço compacto, as ruas tortuosas mostram a não existência de meios mecânicos de circulação de pessoas e mercadorias. A cidade é do pedestre e o tamanho dela não era superior a três quilômetros para permitir a circulação. No começo do século, com a intensificação dos meios técnicos, há necessidade de abrir novos lugares para torná-los aptos aos novos meios de circulação. O trem e o bonde abrem e formam novos bairros com outras perspectivas. A ferrovia expande a cidade e as suas margens localiza-se a produção

⁴ Pierre Monbeig, professor francês, fez parte do grupo de professores europeus contratados para fundar a universidade de São Paulo em 1934. Era geógrafo e escreveu uma obra clássica sobre a ocupação e formação do Estado de São Paulo: *Pioneiros e fazendeiros*. São Paulo: Hucitec, 1985.

industrial e os bairros operários. Castells afirma que neste processo “se assiste à subordinação total do marco urbano às exigências e aos ritmos das unidades produtivas”.

Do ponto de vista urbanístico, o plano Haussmann⁵, realizado em Paris, era o modelo a seguir e o sistema de grandes bulevares e praças são traçados em todas as cidades a partir do Rio de Janeiro, na época a capital da República. Junto com este plano urbanístico surgem as preocupações concretas com infra-estruturas, higiene, moradia, solo, que paulatinamente vão mercantilizando-se e implantando uma segregação sócio-espacial, que até esse momento nas nossas cidades não eram tão evidentes.

Era o tempo em que “ir à cidade”, significava ir ao centro. Praticavam-se os atos corriqueiros da vida urbana: fazer compras, resolver problemas em repartição pública, ir ao cinema. Os cinemas eram lugares de luxo e riqueza que se freqüentavam para “ver e ser visto”: Marabá, Marrocos, Ipiranga, Olido... os nomes evocavam fausto e fantasia. Era o tempo em que os pobres não existiam em tanta quantidade e não estavam no centro.

De 1950 a 1980: A metrópole industrial. A cidade tem grande necessidade de espaço para se expandir e abrigar os milhões de migrantes e as novas atividades. Força de trabalho e produção industrial, eis o binômio com que o capitalismo concorrencial produz a metrópole paulistana, constituída pelos lugares dedicados à produção -indústria com capitais internacionais- e os lugares definidos para o consumo -comércio, residências e serviços.

A paisagem é formada por uma população enxotada do campo e jogada na cidade e a qual nunca perguntaram se tinha vocação urbana para aceitar a ideologia da vida fácil, do enriquecimento rápido, da vida com o conforto da modernidade: luz, água corrente, telefone, escolas, moradia de tijolos e tetos de telhas, lazer ... enfim, “o brilho das luzes da cidade” que trouxeram a São Paulo quase 5 milhões de migrantes predominantemente nordestinos e mineiros.

Este segundo período mostra uma metrópole que se apresenta em uma crise urgente de moradia, de infraestrutura, de condições e qualidade de vida que nada tem que ver com as perspectivas sonhadas. O final dos anos 70 apresenta uma sociedade organizada em movimentos sociais para lutar pelos grandes problemas urbanos e a nova consciência sobre a questão ambiental que se formava com a magnitude da cidade e das massas metropolitanas. Houve massificação da sociedade urbana e, conseqüentemente, uma massificação dos lugares: loteamentos em massa para populações em massa massificaram as formas de vida e as mentalidades na metrópole. A pobreza e a cultura da pobreza, do desterrado que perdeu as referências do lugar e sua identidade e que procura reconstruir uma nova, sem que as circunstâncias na metrópole o permitam, se traduzem na paisagem urbana.

Nessas circunstâncias, o conteúdo espacial formado é o da relação dialética centro-subúrbio, que, embora compondo um todo, tem características diferenciadas, formando dois modos de organização espacial e dois conjuntos de lugares com realidades diferentes. O centro apresenta um alto valor histórico anexado às finanças e à gestão, sendo os lugares onde se concentram as residências das classes de maior poder aquisitivo. A área suburbana —o próprio nome o indica— está formada por um espaço constituído de lugares com conteúdos de segregação sócio-econômica e cultural, com mínimas condições de sobrevivência, e que a partir dos anos 70 é denominada de “periferia”, com conotação sociológica pejorativa.

Em 1980 a metrópole paulistana possui cerca de 15 milhões de habitantes dos quais 70%⁶ moram em casas de autoconstrução, produto das suas mãos e cultura, na área da periferia. Nos municípios de Embu, Franco da Rocha e Jandira, praticamente 90% das moradias são de mutirão. Outros como Itapevi e Francisco Morato estão aproximando-se desse índice. “O fenômeno da autoconstrução traz em si a marca da exclusão”, já que os trabalhadores que ganham de dois a cinco salários mínimos de renda familiar não têm outras alternativas de conseguir residir sem pagar aluguel.

⁵ Barão Haussmann, engenheiro francês que transformou a cidade de Paris na primeira metade do século XIX, convertendo-a na “mais bela cidade do mundo.”

⁶ Os dados estatísticos são informações do censo IBGE e SEADE.

De 1970 a 1999, o número de favelas e de barracos cresceu em tal magnitude que hoje 20% da população paulistana reside nesses lugares sem as mínimas condições de existência humana.

Não foram considerados, todavia, nem os moradores de cortiços, nem os que ocupam lugares "clandestinos". Sabemos que 800 mil pessoas construíram seus barracos em áreas de mananciais, lugares proibidos pelo risco de poluição das águas, e por isso convivem com a insegurança de serem expulsos a qualquer momento.

Enfim, poderíamos continuar a expor a quantidade enorme de carências que essa população sofre: de escolas, de hospitais, de pronto socorro, de transportes etc. Toda a produção científica, assim como os dados dos órgãos públicos podem informar-nos a respeito.

A descrição exposta até o momento nos apresenta a área metropolitana de São Paulo fragmentada e com grandes carências, a tal ponto que hoje a importância da questão ambiental é determinada pela pobreza concentrada no seu espaço.

A partir do final dos anos 80, entramos no que podemos denominar a "São Paulo metrópole mundial". Este será o terceiro período dentro da formação da cidade, que se nos apresenta como um conjunto de lugares onde dominam os ícones da sociedade de consumo e das aparências.

Giddens denomina este período "a modernidade tardia", que se considera desde o final do século XX até o início deste que vivenciamos. Outros autores como Castells o denominam "sociedades em redes". Como o analisaríamos nós, cidadãos de país pobre, o que os sociólogos denominam de "sociedade de excluídos"? Embora esse termo tenha nascido no seio das sociedades dos países ricos, na nossa realidade sempre foram excluídos, já que o Estado nunca foi um verdadeiro fomentador do bem estar social. Milton Santos afirma que, em meio século, houve no Brasil e na América Latina três formas de dívida social e de maneiras do Estado e suas políticas enfocá-las.

1. A pobreza incluída, a pobreza de sempre, dispersada no campo e existente nas cidades, mas considerada uma pobreza acidental, pelas secas, pelas más colheitas, pobreza com perspectivas.

2. A partir da concentração nas cidades e em especial nas metrópoles, a marginalidade, reconhecida e estudada como uma doença, um patos da civilização e um produto da divisão nacional e internacional do trabalho.

3. Este novo tipo de pobreza, do qual se toma consciência a partir da década de 80 do século XX, considerada uma pobreza estrutural, que alguns sociólogos denominam de exclusão social. Ela é tanto do ponto de vista ético e político uma grande dívida social. Produto da globalização, uma disseminação planetária da pobreza e mais ainda da miséria. A produção científica e técnica, além das novas formas de produção, são responsáveis por essa pobreza.

José de Souza Martins afirma que não existe exclusão social, existe a contradição própria, as vítimas dos processos sociais, políticos e econômicos excludentes. A pobreza hoje mudou de forma, de âmbitos e de conseqüências. Esta nova pobreza é uma pobreza sem perspectivas de ascensão social, não oferece mais a alternativa de possibilidades a ninguém como se tinha anteriormente. Há igualmente nesta nova situação o problema moral, de desvalorização e de longos períodos de tempo sem perspectivas de trabalho. O emprego se tornou cada vez mais escasso, e voltar ao mercado de trabalho nas circunstâncias que se tinha anteriormente tornou-se mais difícil. A reintegração, quando acontece, não se dá nos padrões clássicos, e o indivíduo cai numa deformação moral.

Os participantes das novas classes sociais da sociedade em redes, segundo Castells, podem ser considerados: os desinformados que só possuem imagens, os subinformados que vivem inseridos no turbilhão e os informados que selecionam, ordenam e podem pagar pela informação. A população excluída dessas redes não tem mais utilidade. No mundo atual se vale pelo que se pensa ou o que se é capaz de pensar. A produção importante é a do conhecimento. Este, mais a informação e a tecnologia, são as fontes diretas do poder hoje. Eis é o novo paradigma do mundo.

Tudo, o poder, a riqueza, a tecnologia, a informação, se estrutura numa rede global. Os mercados financeiros são o centro de todas as economias e

determinam boa parte das nossas vidas. Mas a experiência, a democracia, a identidade são locais, do lugar. Vivemos a dinâmica entre o que vale como o global e o que nos diz respeito, o que nos interessa localmente.

A cidade mundial possui nos seus territórios três dimensões: as redes, as instituições e especialmente a localização das sedes das empresas.

O trabalho e os que dele participam, definem os territórios da cidade mundial. Hoje, os serviços são considerados como a essência do significado do trabalho.

Os tempos do trabalho e o tempo de vida estão imbricados e se materializam no tempo de consumo, que é sinônimo de capacidade de consumo.

Se pudéssemos ter um mapa que representasse os lugares da metrópole deste período, mostraria uma cidade amuralhada, fechada em condomínios onde há um desperdício da terra urbana, obrigando o município a se encarregar de apresentar os serviços mais exigentes para uma população de alto consumo. Veja-se Alphaville, Aldeia da Serra e Parque dos Príncipes, entre outros. No próprio centro da cidade, bairros de classe alta como Jardim América e Jardim Europa, para mencionar apenas os mais tradicionais, já estão fechando suas ruas com cancelas onde para poder entrar é necessário um documento de identificação. Os próprios prédios nos quais habitamos têm uma parafernália de grades, televisores e demais elementos de alta tecnologia, inventados para a indústria do medo e da segurança.

A cidade mundial está materializada nos arredores do eixo Nova Faria Lima, Luis Carlos Berrini, Av. Nações Unidas, bairros do Itaim, Vila Olímpia e arredores de Santo Amaro, onde está a grande concentração de serviços de escritórios de tecnologia e de consultorias, além da sede de bancos internacionais. Observam-se também nessas áreas a presença de grandes hotéis de altíssima classe como o Meliá e o Transamérica, além de grandes shoppings e prédios de eventos. Completa-se a paisagem desses bairros com residências de alto padrão. Vivemos a sociedade do espetáculo e do símbolo e como consequência do consumo, e sua geografia mostra esta realidade.

No outro pólo, hoje há numerosas famílias morando nas ruas e debaixo dos viadutos. A prefeitura de São Paulo calcula que no centro do seu município há 4 mil pessoas dormindo e “fazendo seu lar” na rua. Os novos nômades da sociedade carregam durante o dia os mínimos objetos que possuem para poder ocupar um lugar, que já está delimitado e pelo qual lutam pela posse, nas marquises dos edifícios da cidade.

A Folha de São Paulo (26/7/2001) nos informa que das 180 pontes e viadutos que a paisagem da cidade nos mostra 55 estavam ocupadas por famílias, sendo que dos 16 viadutos que possui a marginal do Tietê 3 haviam moradores, sendo que alguns moravam neles há mais de 16 anos. Informa o jornal ainda que sob o viaduto Grande São Paulo, na Vila Prudente (zona leste da cidade), a favela “Paraguai” possui, além dos clássicos barracos, bares, açougues, mercearias e até floriculturas. Não vamos considerar neste, os problemas legais, ou a insegurança por falta de condições mínimas de infraestruturas, como são comprovados pelos freqüentes incêndios e inundações. Estes são os verdadeiros problemas ambientais da metrópole.

Frente à presente realidade mostrada pelo espaço geográfico de São Paulo, qual é hoje o significado da caridade? Este grande valor do cristianismo possui a sua essência variando no tempo e no espaço. O que é caridade hoje para nossa cidade é diferente tanto para uma cidade alemã quanto, no outro extremo, para uma cidade africana. Em todas as circunstâncias exige de nós responsabilidade e compromisso. A própria distribuição geográfica do espaço e dos lugares é um grito da cidade pela falta de caridade.

Para terminar, vou continuar citando Castells, numa entrevista ao jornal El País, em Madrid (fevereiro de 2000), onde o autor menciona quais são os valores da sociedade da informação: a autonomia individual, o projeto, a criatividade, a inovação, a navegação em rede, ou seja, a sociedade do conhecimento. Esta sociedade já tem saudades da família, cuja forma patriarcal está desaparecendo; da pátria, dissolvida no Estado/rede; do emprego de trabalho fixo, que ninguém mais o terá nos próximos dez anos; e especialmente de Deus, mais questionado e mais necessário que nunca num mundo de turbulências.

Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. *The informational city*. vol. II. Oxford: Blackwell, 1989.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LEMOS, Amália Inês Geraiges. A metropolização nos países do Terceiro Mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, FFLCH-USP, 1999, pp. 7-37.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Amália Inês Geraiges de Lemos
é professora titular do Departamento de Geografia - FFLCH-USP

DUAS ABORDAGENS SOBRE O DOGMA DO INFERNO: CARLOS BAZARRA E JUAN LUIS SEGUNDO

Dr. Afonso Maria Ligorio Soares

A realidade do sofrimento e da morte foi sempre um espinho para nós humanos. Prova incontestável de nossa pequenez, em confronto direto com nossa ambição de poder e perenidade. A origem e a sobrevivência das religiões até hoje têm muito a ver com o esforço homérico de resolver o enigma de nossa existência.

Para completar o quadro e torná-lo mais complexo, as imagens de uma vida futura, vitoriosa sobre a morte terrena, nem sempre ajudaram a aliviar de maneira sadia as angústias do "lado de cá". Tomemos como exemplo a visão escatológica popularizada pelo cristianismo ao longo de vários séculos. Como dormir tranquilos, sabendo que, a qualquer momento, Deus poderia nos pegar desprevenidos, e nos arrebatá-los deste mundo para um destino eterno de torturas e suplícios infernais? Quantos sermões dominicais não incutiram uma miríade de escrúpulos nas pessoas, ameaçando-as com a inexorabilidade do fogo do inferno? Que estrago não foi feito na espiritualidade cristã quando se insistiu na imagem de um Deus severo, vingativo, injusto até, pois, poderia, a seu bel-prazer, escolher a hora de nossa morte, e assim nos predestinar ao céu ou às profundezas do abismo?

Ao longo da história da igreja, o destino final da humanidade foi sempre entendido plasticamente através de duas configurações radicais e extremas: o inferno (frustração e condenação eternas) e o céu (o pleno desabrochar do ser humano). Hoje, os teólogos cristãos encontram-se tão cientes quanto embaraçados pelo dano causado por tais imagens na fé e na vivência das pessoas. Há uma visível tendência a não se falar muito nisso, mas o problema é que, no fundo, continuamos querendo respostas para tais questões.